



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**1ª Câmara Cível**

**Agravo Regimental nº 0001508-83.2013.8.17.0710 (0331967-9)**

**Agravante: COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

**Agravado: BISA BIOTÉCNICA INDUSTRIAL AGRÍCOLA S/A**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. OMISSÃO DO AUTOR EM INFORMAR ENDEREÇO HÁBIL E SUFICIENTE PARA QUE SE REALIZASSE A CITAÇÃO. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL À UNANIMIDADE.**

1. O art. 282 do CPC estabelece que a petição inicial deve indicar o endereço, mas não qualquer endereço, e sim o endereço em que o réu possa de fato ser citado. Contudo, o autor não forneceu o endereço adequado nem requereu a modalidade de citação adequada para o quadro. Pelo narrado, fácil constatar que tiveram prazo suficiente para tomar a providência adequada, mas escolheram outro caminho, não deixando opção ao magistrado a quo, senão declarar extinto o processo, sem enfrentamento da questão meritória.

2. Ressalte-se que a obrigação de diligenciar é da parte e não do judiciário já tão abarrotado de demandas sem solução. É obrigação da parte trazer junto com a inicial todas as informações necessárias a triangularização processual. Assim, decorrido prazo muito acima do legal, a demanda sequer chegou a aperfeiçoar-se a relação jurídica processual.

3. O caso, portanto, é de extinção do processo sem resolução do mérito, ex vi do art. 267, inciso I, do CPC, tendo em vista que a inicial carece de informação indispensável ao prosseguimento da demanda e não foi suprida a tempo e modo.

4. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo Legal.

**ACORDÃO** - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Regimental nº 0001508-83.2013.8.17.0710 (0331967-9), em que figura como agravante **COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO - CELPE** e como agravado **BISA BIOTÉCNICA INDUSTRIAL AGRÍCOLA S/A**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 13 de junho de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, nos termos do voto do relator.

Recife, 13 de junho de 2014 (data da lavratura).

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**1ª Câmara Cível**

**Agravo Regimental nº 0001508-83.2013.8.17.0710 (0331967-9)**

**Agravante: COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

**Agravado: BISA BIOTÉCNICA INDUSTRIAL AGRÍCOLA S/A**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto por **COMPANHIA ENÉRGICA DE PERNAMBUCO – CELPE** em face de decisão terminativa de minha lavra que negou seguimento ao apelo anterior por revelar-se manifestamente improcedente.

Na origem, o magistrado da 2ª Vara Cível da Comarca de Igarassu extinguiu o feito sem resolução do mérito, com esteio no parágrafo único do art. 284 c/c artigo 267, I, do CPC, por faltar pressuposto essencial ao desenvolvimento regular do feito, qual seja, a correta indicação de endereço do réu para citação.

Este relator manteve tal decisão por entender que aquele juízo não deveria esperar indefinidamente que o recorrente trouxesse endereço hábil a realizar a citação do recorrido, principalmente porque a demora na tramitação do feito causa danos à imagem do judiciário, aumentando o acervo de feitos não solucionados, gerando congestionamento de processos e críticas e insatisfação da sociedade.

Em suas razões recursais, fls.91/95, insurge-se o Apelante alegando que o magistrado de piso equivocou-se ao considerar que a petição protocolizada em atenção ao despacho que determinou o oferecimento de novo endereço em virtude de tentativa frustrada de citação estava intempestiva, oferecendo obstáculo a sua apreciação, motivo pelo qual extinguiu o processo sem resolução do mérito por suposto descumprimento de emenda por parte dele, recorrente.

Consigna o apelante, que o prazo para emenda da petição inicial não é peremptório, mas sim dilatório, não obstante o seu reconhecimento mesmo após ultrapassado o prazo estabelecido para sua emenda, em total consonância com os princípios da celeridade e economia processual, princípios estes não observados pelo Juízo *a quo* ao prolatar a sentença atacada.

**É o relatório. Passo a votar.**

Não havendo preliminares a serem discutidas e preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, passo a análise meritória do Recurso interposto.

Adianto, de logo, que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada. Nesse sentido mantenho a fundamentação do *decisum* exarado por esta Relatoria no julgamento do recurso interposto, senão vejamos:

O art. 282 do CPC estabelece que a petição inicial deve indicar o endereço, mas não qualquer endereço, e sim o endereço em que o réu possa de fato



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

ser citado. Contudo, o autor não forneceu o endereço adequado nem requereu a modalidade de citação adequada para o quadro.

Pelo narrado, fácil constatar que tiveram prazo suficiente para tomar a providência adequada, mas escolheram outro caminho, não deixando opção ao magistrado *a quo*, senão declarar extinto o processo, sem enfrentamento da questão meritória.

Ressalte-se que a obrigação de diligenciar é da parte e não do judiciário já tão abarrotado de demandas sem solução. É obrigação da parte trazer junto com a inicial todas as informações necessárias a triangularização processual.

Assim, decorrido prazo muito acima do legal, a demanda sequer chegou a aperfeiçoar-se a relação jurídica processual.

Sem dúvida, portanto, incorre a demanda em ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pela omissão do autor/apelante em informar endereço hábil e suficiente para fins de proceder-se à citação do réu/apelado, informação essa que deveria vir com a exordial.

Transcrevo aresto sobre o tema ora discutido, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - EMENDA À INICIAL NÃO ATENDIDA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - FUNDAMENTOS QUE NÃO JUSTIFICAM A REFORMA DA SENTENÇA - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJMS - Apelação Cível: AC 4083 MS 2010.004083-0, Relator(a): Des. Julizar Barbosa Trindade, Julgamento: 09/03/2010, Órgão Julgador: 2ª Turma Cível, Publicação: 16/03/2010 ).

Ainda, o STJ se posiciona no mesmo sentido:

PROCESSUAL - PETIÇÃO INICIAL - REQUISITOS - EMENDA - INDEFERIMENTO - PEDIDO GENÉRICO.

Só depois de dar oportunidade ao autor para emendar ou completar a inicial e ele não cumprir a diligência, o Juiz poderá indeferir a inicial.

Recurso provido. (REsp 171.361/SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/1998, DJ 14/09/1998, p. 25).

O caso, portanto, é de extinção do processo sem resolução do mérito, ex vi do art. 267, inciso I, do CPC, tendo em vista que a inicial carece de informação indispensável ao prosseguimento da demanda e não foi suprida a tempo e modo.

Com efeito, se torna inadmissível a eternização da demanda que se encontra ainda na fase embrionária, pois sequer houve a constituição da relação jurídica processual, tudo por responsabilidade exclusiva da parte promovente.

Saliente-se o que o próprio apelante consignou em seu recurso que a jurisprudência predominante do STJ é no sentido de que o prazo do art. 284 é dilatório, no entanto, a depender da convenção das partes ou de determinação do juiz.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Outrossim, considero a extinção realizada pelo magistrado de 1º grau ato acertado, pois não deveria, de fato, aquele juízo esperar indefinidamente que o apelante trouxesse um endereço hábil a realizar a citação do apelado.

No caso, há que se ponderar que a demora na tramitação do feito causa danos à imagem do judiciário, aumentando o acervo de feitos não solucionados, gerando congestionamento de processos e críticas e insatisfação da sociedade.

A impossibilidade da citação do réu enseja a extinção do feito sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, I, do CPC. Portanto não há o que retocar na decisão guerreada *a quo*.

Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão terminativa guerreada tomada por esta Relatoria. Sendo assim, meu voto é pelo improvimento do presente recurso de agravo regimental, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

**É como voto.**

Recife, 03 de junho de 2014.

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**